

Disciplina PCA 5043 – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental

Justiça Climática, Cidades e Desigualdades Ambientais

Professor Pedro Henrique Campello Torres

Aluno: Stéfano Teixeira Lopes Silveira

Data: 21 de setembro de 2023

Artigo: Equity Impacts of Urban Land Use Planning for Climate Adaptation: Critical Perspectives from the Global North and South.

Autores: Isabelle Anguelovski; Linda Shi; Eric Chu; Daniel Gallagher; Kian Goh; Zachary Lamb; Kara Reeve; Hannah Teicher

1. Breve descrição dos autores

Isabelle Anguelovski. Pesquisadora sênior e investigadora principal do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental da Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. A sua pesquisa situa-se na intersecção do planeamento urbano e da política, da desigualdade social e dos estudos de desenvolvimento.

Linda Shi. Ph.D. em planeamento urbano e regional pelo Departamento de Estudos e Planeamento Urbano do MIT, atualmente é professora assistente no Departamento de Planeamento Urbano e Regional. A sua pesquisa centra-se em como planear a adaptação climática urbana de forma a melhorar a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Eric Chu. Professor assistente de estudos urbanos no Departamento de Geografia, Planeamento e Estudos de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Amsterdã, Holanda. Sua pesquisa envolve governança das alterações climáticas, planeamento urbano e desenvolvimento internacional.

Daniel Gallagher. Doutor em Desenvolvimento Internacional no Departamento de Estudos e Planeamento Urbano do MIT. Sua pesquisa concentra-se nas dimensões sociais e políticas da adaptação e do desenvolvimento climático nas cidades latino-americanas.

Kian Goh. PhD em Planeamento Urbano e Ambiental pelo MIT e mestre em Arquitetura pela Universidade de Yale. Atualmente é professora assistente de planeamento urbano na UCLA. Ela pesquisa desenho ecológico urbano, política espacial e mobilização social no contexto das mudanças climáticas e da urbanização global.

Zachary Lamb. Doutor pelo Departamento de Estudos e Planeamento Urbano do Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Seus temas de pesquisa incluem políticas de proteção contra inundações urbanas, habitação e adaptação climática.

Kara Reeve é especialista em gestão urbana na RTI International, um instituto de pesquisa sem fins lucrativos em Washington, DC. Os seus temas de pesquisa incluem abordagens de sistemas naturais para a adaptação urbana, medição dos resultados da adaptação e equidade no planeamento climático.

Hannah Teicher. Doutora em Planeamento Urbano e Regional pelo MIT, mestrado em Arquitetura pela UBC e bacharelado em Sociologia e Antropologia pelo Swarthmore College. Os seus temas de pesquisa incluem a governação da adaptação e as políticas culturais das alterações climáticas.

2. Ideias centrais do artigo

- Como proposta inicial, os autores entendem que muitas estratégias de ação de adaptação passam a ser tomadas em nível local, em cidades do Norte e Sul Global com esforços em soluções que intitulam como “ganha-ganha”. A pesquisa indaga para quem essa adaptação está sendo realizada, por quem e como e se os esforços de adaptação estão efetivamente priorizando a necessidade de populações marginalizadas e vulneráveis. **O foco seria compreender se as abordagens atuais de adaptação aumentam ou criam novas desigualdades espaciais urbanas.** (p. 3)

- A análise demonstra a produção de resultados “desadaptativos” para cidadãos historicamente marginalizados por meio de dois tipos de injustiças: **atos de comissão e atos de omissão**. Sendo os primeiros, aqueles provenientes dos investimentos em infraestrutura, regulamentação do uso da terra, enquanto os atos de omissão seriam aqueles planos que protegem áreas economicamente valiosas em detrimento de baixos de menor renda. Os autores trazem a ideia de “Injustiça dupla”, visto que os cidadãos marginalizados arcam com os custos sociais da adaptação mesmo tendo menor contribuição para as emissões globais de carbono. (p. 4)

- Como fenômeno mais recente, novas prioridades relacionadas à adaptação e à resiliência climática surgiram como elemento de segregação urbana, de forma que, mesmo **os bens ambientais demonstraram produzir impactos negativos por meio da gentrificação**. (p. 5)

- O artigo procura contribuir para o debate do estabelecimento de uma base para estudos críticos de planejamento de adaptação, examinando **como os planos e intervenções de uso da terra criam ou aumentam desigualdades socioespaciais**. (p.8)

- A comparação realizada entre as 8 cidades que são objeto do estudo, mostrou como as intervenções de planejamento podem impactar desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis socialmente. Apesar das diferentes abordagens, **as cidades compartilham padrões de resultados injustos**. Foram assim apresentados casos em pares temáticos que representam quatro mecanismos de desigualdade para demonstrar como esses padrões se manifestam em diferentes contextos. (p. 12)

- As cidades de New Orleans e Daka estão ambas localizadas em um delta fluvial extenso e dinâmico e tiveram suas infraestruturas de proteção contra enchentes reforçadas. **O acesso desigual às infraestruturas de proteção contra inundações é um fator de vulnerabilidade em ambas, pois grupos minoritários e de baixa renda em ambas**

as cidades continuam a enfrentar altos riscos por motivos diferentes: Enquanto New Orleans sofre com desequilíbrios históricos de poder com uma forte questão racial, Dhaka lida com pressões de urbanização, incentivos conflitantes que deslocou os pobres para longe das novas infraestruturas. (p. 15-16)

- No caso de Manila e Medellín, lidamos com a **seletividade na regulamentação de uso de terra e reassentamento**, ambas lidam com os deságios da expansão de zonas não edificáveis e realocação de moradores de áreas de risco. A aplicação desigual dos regulamentos resulta em assentamentos formais mais ricos que permanecem no local, enquanto comunidades com menor poder aquisitivo são deslocadas ou realocadas. (p. 19)
- Santiago e Jakarta lidam com a **falta de participação e inclusão dos mais marginalizados nos planejamentos de adaptação**, privilegiando as elites em detrimento das populações que sofrerão diretamente os impactos das mudanças. (p. 21)
- No caso de Boston e Surat, a questão maior foi a **integração do setor privado** devido à necessidade de financiamento e aos déficits nos recursos, ambas as cidades contaram com atores privados para desenvolver conjuntamente estratégias. O problema gerado foi que a privatização de responsabilidades começou a incentivar o comportamento de busca de renda sobre a infraestrutura e os serviços públicos da cidade. O que suas experiências comprovaram foi que esse tipo de parceria com o capital privado pode gerar comportamentos de exclusão e políticas que não abordam padrões históricos de injustiça para garantir representação e distribuição. (p. 27)

3. Metodologia e Teoria utilizada

Foi realizada pesquisa empírica com base nas teorias do urbanismo comparativo, tendo como objeto a identificação dos principais fatores de “desadaptação” de cidades que contavam com casos que seriam vanguarda no planejamento de adaptação climática ao redor do mundo.

Para isso, foram selecionadas 8 cidades ao redor do mundo com diferentes níveis de desenvolvimento econômico, fontes de vulnerabilidade climática e arranjos de governança, sendo essas: Boston, New Orleans, Medellín, Santiago, Metro Manila, Jakarta, Surat e Dhaka.

Os autores foram à campo entre 2011 e 2015, sendo cada um responsável por pelo menos um estudo de caso, realizando entrevistas e presenciando reuniões de planejamento e adaptação climática. As perguntas de entrevista concentravam em experiências de impactos climáticos, responsabilidades no planejamento de adaptação, estratégias, tensões e justiça e envolviam uma ampla gama de cidadãos.

4. Conclusões

Os autores concluíram através da pesquisa, que intervenções de adaptação podem reforçar as tendências históricas de vulnerabilidade, além de agravar padrões de injustiça ambiental e ainda criar novas fontes de desigualdade. Sendo quatro os principais desafios de desigualdade a serem enfrentados pelos planejadores dessas políticas de adaptação:

- Facilitação de diálogos abertos em vários níveis sobre avaliação dos riscos climáticos.
- Promoção da adaptação equitativa através da identificação de abordagens cientificamente mais sólidas.
- Defesa de intervenções transformadoras que coloquem a justiça na frente, evitando comercializar projetos que se dizem resilientes.
- Gerenciamento dos interesses privados.

Dessa forma, futuros planos de adaptação a serem executados, devem considerar os legados históricos de injustiça racial e social para evitar que os produtos da adaptação se convertam em um bem ambiental privado, excludente e privilegiado, sendo necessário a presença de um olhar crítico na organização das políticas públicas, priorizando ativamente os resultados potencialmente benéficos para grupos desfavorecidos e vulneráveis.

5. Citações

“There is growing evidence that urban economic actor may be employing the rhetoric of climate resilience to entrench speculative, exclusionary, or unsustainable practices, thus exacerbating historic injustices associated with infrastructure and land use development.” (p. 7)

“Adaptation interventions therefore can produce social and physical isolation and trauma for vulnerable urban residents, while overlooking the importance of social cohesion, political recognition, and livelihood protection for the long-term wellbeing of low-income communities.” (p. 19)

“The lack of regional adaptation assessment and planning mechanisms results in a zero-sum game, as seen in Medellín, Metro Manila, Dhaka, and New Orleans, where vulnerable groups are shifted away from hazard-prone areas in the urban core to similarly hazard-prone areas on the periphery or outskirts protected zones” (p. 29)

“Planners in some of the cases disregarded the “street knowledge” and interests of poor residents while simultaneously privileging expert opinion in defining risk tolerance levels of categorizing populations as being vulnerable. These processes violate the rules and principles of good communicative and deliberative planning”. (p. 31)